

AVISO PRÉVIO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE _____

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

1. O Reclamante foi contratado pela Reclamada em ____/____/____, exercendo a função de _____.
2. Em ____/____/____, a Reclamada comunicou ao Reclamante a rescisão do contrato de trabalho, com a concessão do aviso prévio.
3. O aviso prévio concedido foi de forma (indicar se trabalhado ou indenizado), conforme previsto na legislação vigente.
4. Durante o período do aviso prévio, o Reclamante cumpriu suas obrigações laborais conforme previsto em lei e contrato.
5. Ressalta-se que o período do aviso prévio deve observar as disposições da Lei nº 12.506/2011 e artigos correspondentes da CLT.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1. O aviso prévio é direito do trabalhador previsto no artigo 487 da CLT e regulamentado pela Lei nº 12.506/2011.
2. Conforme a legislação, o aviso prévio deve ser concedido com antecedência mínima de 30 dias,

podendo ser ampliado conforme tempo de serviço.

3. O não cumprimento do aviso prévio trabalhado implica no pagamento da indenização correspondente ao período, conforme artigo 487, §1º da CLT.

4. O pagamento das verbas rescisórias deve observar os prazos e condições previstos na legislação trabalhista e na Súmula 275 do TST.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O reconhecimento do direito ao aviso prévio conforme a modalidade (trabalhado ou indenizado) e o período correto previsto em lei;
2. A condenação da Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas, incluindo aviso prévio, saldo de salário, férias proporcionais, 13º salário proporcional e demais direitos trabalhistas;
3. Caso o aviso prévio tenha sido concedido de forma indenizada, que seja reconhecida a sua regularidade e pagamento correto;
4. O pagamento de eventuais diferenças de verbas rescisórias decorrentes do não cumprimento do aviso prévio na forma legal;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Reclamante pessoa economicamente hipossuficiente;
6. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos da legislação vigente;
7. A aplicação dos juros e correção monetária sobre as verbas devidas;
8. A juntada dos documentos comprobatórios e produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente depoimento pessoal da Reclamada, oitiva de testemunhas e perícias, se necessário;

IV – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos legais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/aviso-previo/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.